

DOSSIÊ



Apresentação: por que esse dossiê vale a pena? Leonardo Leite e Álvaro Siqueira

A polêmica reunida nessa edição da **Outubro** divide opiniões entre os que pensam a questão do “valor” na obra Marx “um debate medieval religioso sobre quantos anjos existem na cabeça de um alfinete” e os que a consideram “uma discussão realmente relevante”. Procuramos, com o presente dossiê, mostrar que a segunda interpretação pode ser verdadeira e convidamos nossos leitores/as a tirarem suas próprias conclusões.

O texto “A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho”¹ de David Harvey é o ponto de partida deste dossiê. Em seguida, publicamos a crítica de Michael Roberts, “A incompreensão de David Harvey sobre a lei do valor de Marx” e a réplica de Harvey, “As incompreensões de Michael Roberts”. Por fim, publicamos dois artigos encomendados pela **Outubro** de intelectuais brasileiros – Eleutério Prado e José Paulo Pinto; Mário Duayer e Paulo Henrique F. Araujo – que comentam e continuam o diálogo crítico.

1 Agradecemos à editora Boitempo a autorização para republicação desse texto, inicialmente publicado na revista *Margem Esquerda*, n. 31, 2018, p. 61-68.

O pontapé de Harvey consiste em afirmar que a teoria do valor-trabalho está desmoralizada. Para recuperar as ideias de Marx, propõe então uma síntese interpretativa que sugere que do movimento histórico de expansão do valor emerge uma contradição entre a produção de valores e a reprodução social da vida. O aspecto decisivo do argumento de Harvey é a ênfase na importância das “vontades, necessidades e desejos” envolvidos no polo da reprodução social. Sem esses, diz, não há valor. Por isso, a destruição do poder de compra dos trabalhadores, impedindo a satisfação de suas “vontades, necessidades e desejos”, passa a ser contra-produtiva para a própria expansão do capital como valor em movimento. Harvey conclui, então, que as crises no capitalismo são oriundas da supressão do poder de compra dos trabalhadores.

Em sua réplica a Harvey, Roberts apresenta o argumento de que as crises capitalistas não podem ser explicadas ou contidas por mecanismos de gerenciamento da demanda agregada, a seu ver típicos de políticas de corte *keynesiano* ou de inspiração socialdemocrata. Existiria uma contradição intrínseca ao capitalismo que torna as crises inevitáveis e recorrentes; o retorno ao estudo da teoria do valor em Marx, nesse caso, seria imprescindível.

A polêmica instaurada nesse debate tem o potencial de contribuir para um maior entendimento da teoria do valor de Marx. Temos certeza que o presente dossiê oferece uma visão diversificada e crítica das interpretações teoria do valor de Marx, que, **muito mais do que uma *teoria dos preços*, versa sobre como o capital estrutura e organiza de maneira sempre renovada a sociedade que hegemoniza.** Além das razões de ordem teórica e metodológica que nos ajudam a compreender Marx, o dossiê contém elementos fundamentais para a reflexão sobre a natureza da transformação social.

O leitor poderá perceber, ao longo da leitura, as interpretações sobre a *práxis* subjacente às compreensões distintas sobre o valor. Poderíamos ampliar a afamada consigna de Lênin, se-

APRESENTAÇÃO

gundo a qual “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário”, e indicar que, conforme nos ensina este dossiê, para distintas teorias revolucionárias existem distintas práticas revolucionárias. Todos os envolvidos neste debate são “críticos do capitalismo”, mas as particularidades pelas quais executam a crítica dizem muito a respeito das possibilidades práticas de intervenção contra o capitalismo sugeridas pela própria crítica.



A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho²

David Harvey
Professor de Geografia Urbana da
City University of New York (CUNY)

² Originalmente publicado em inglês no blog www.davidharvey.org em março de 2018. Artigo traduzido por Artur Renzo e publicado em português originalmente na revista *Margem Esquerda*, n. 31, 2018. Republicado nesta edição da *Outubro* com autorização.

Resumo: o artigo propõe que a teoria do valor-trabalho está desmoralizada e que para recuperar as ideias de Marx seria necessária uma nova síntese interpretativa do movimento histórico de expansão do valor e emergência da contradição entre a produção de valores e a reprodução social da vida. O aspecto decisivo, aqui, é a ênfase nas “vontades, necessidades e desejos” envolvidos no polo da reprodução social, sem os quais não existe valor. O autor conclui que a destruição do poder de compra dos trabalhadores, impedindo a satisfação de suas “vontades, necessidades e desejos”, passa a uma contradição para a própria expansão do capital como valor em movimento. Afirma, por fim, que as crises no capitalismo são oriundas da supressão do poder de compra dos trabalhadores.

Palavras-chave: 1. Marx; 2. teoria do valor-trabalho; 3. crise do capitalismo

Abstract: the article proposes that the Labour Theory of Value is demoralized and that to recover Marx's ideas a new interpretative synthesis of the historical movement of expansion of value and the emergence of the contradiction between the production of values and the social reproduction of life would be necessary. The crucial aspect here is the emphasis on wants, needs and desires” involved in the pole of social reproduction, without which there is no value. The author concludes that the destruction of workers' purchasing power, preventing the satisfaction of their “wants, needs and desires”, becomes a contradiction for the expansion of capital as a value in motion. Finally, it states that the crises in capitalism stem from the suppression of workers' purchasing power.

Keywords: 1. Marx; 2. Labour Theory of Value; 3. Capitalism Crisis

Acredita-se amplamente que Marx teria incorporado e adaptado a teoria do valor-trabalho de David Ricardo como um conceito fundador para seus estudos sobre a acumulação do capital. Posto que a teoria do valor-trabalho caiu, em larga medida, em descrédito, muitos se apressam em decretar soberbamente a consequente inutilidade das teorias de Marx como um todo. No entanto, em lugar nenhum Marx chegou a efetivamente declarar sua filiação à teoria do valor-trabalho. Essa teoria pertencia a Ricardo, que, apesar de insistir que a questão do valor era crucial para o estudo da economia política, também não deixava de reconhecer que a teoria em questão ainda era profundamente problemática. Nas poucas ocasiões em que comentou diretamente esse assunto, Marx (1976) se refere à “teoria do valor” e não à teoria do valor-trabalho. Então, afinal, qual seria a teoria do valor de Marx e de que forma ela difere da teoria do valor-trabalho?

A resposta (como costuma ser o caso) guarda detalhes complicados, mas é possível reconstruir seus contornos básicos a partir da estrutura do Livro I de *O capital*.³ Marx abre essa obra com um exame da aparência superficial do valor de uso e do valor de troca no ato material da troca de mercadorias e postula a existência de valor (uma relação imaterial mas objetiva) por trás do aspecto quantitativo do valor de troca. Esse valor

³ Boa parte do que se segue neste artigo deriva de David Harvey (2018).

é inicialmente considerado como um reflexo do trabalho (abstrato) social cristalizado nas mercadorias (capítulo 1). Como demonstra Marx, enquanto norma reguladora na esfera do mercado, o valor só pode existir quando e onde a troca mercantil passa a configurar “um ato social normal”. Essa normalização depende da existência de relações de propriedade privada, indivíduos jurídicos e mercados perfeitamente concorrenciais (capítulo 2). Tal mercado só pode funcionar com o surgimento de formas monetárias (capítulo 3), que facilitam e lubrificam as relações de troca de maneiras eficientes ao mesmo tempo que fornecem um veículo conveniente para armazenar valor. O dinheiro entra aqui, portanto, na condição de representação material do valor. O valor não pode existir sem sua representação. Ao longo do capítulo 4, Marx demonstra que é somente nos marcos de um sistema em que a produção de mercadorias configura a finalidade e o objeto da atividade econômica que a troca se torna um ato social necessário e normal. É com a circulação de dinheiro enquanto capital (seção 2) que se consolidam as condições para que a forma valor característica do capital se constitua enquanto norma regulatória. A circulação de capital pressupõe, entretanto, a existência prévia da disponibilidade do trabalho assalariado na condição de mercadoria passível de ser comprada e vendida no mercado (seção 3). É matéria do capítulo 24 de *O capital* – que lida com a acumulação primitiva ou original – dar conta de explicar de que forma o trabalho veio a se tornar tal mercadoria antes da emergência do capitalismo propriamente dito.

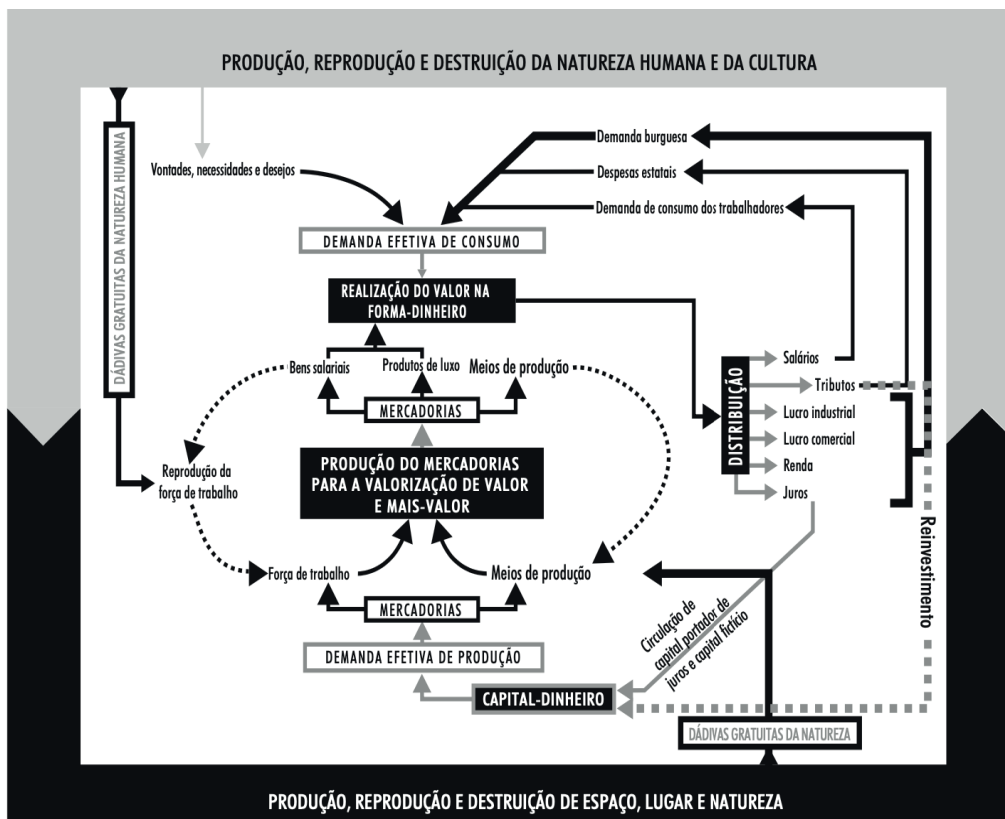
O conceito de capital enquanto processo – como valor em movimento – baseado na compra de força de trabalho e de meios de produção é inextricavelmente vinculado ao surgimento da forma valor. Uma analogia simples, mas rudimentar para o argumento de Marx poderia ser a seguinte: o corpo humano depende de forma vital da circulação do sangue, que por sua vez não existe enquanto tal fora do corpo humano. Os dois fenômenos são mutuamente constitutivos. Do mesmo modo, a

PONTAPÉ INICIAL

formação de valor não pode ser compreendida fora do processo de circulação que a abriga. O que importa é a interdependência mútua no interior da totalidade da circulação do capital. No caso do capital, entretanto, o processo aparece não apenas como autorreprodutivo (cíclico), mas também auto-expansivo (a forma espiralada da acumulação). Isso ocorre porque a busca por lucro e mais-valor impulsiona as trocas mercantis, que por sua vez promovem e sustentam a forma valor. É somente sob condições de acumulação de capital, portanto, que o valor se torna uma norma reguladora pressuposta na esfera da troca.

Figura 1

As trajetórias do valor em movimento, elaboradas a partir do estudo dos escritos de Marx sobre economia política.



Embora as etapas do argumento sejam complicadas, parece que Marx teria feito pouco mais do que sintetizar e formalizar a teoria do valor-trabalho de Ricardo, incorporando-a na totalidade da circulação e da acumulação, conforme retrata a Figura 1. A sofisticação e a elegância do argumento seduziram muitos dos seguidores de Marx, que passaram a acreditar que a história acabava por aqui. Se assim fosse, de fato boa parte das críticas lançadas contra a teoria do valor de Marx seria justificada. Mas esse não é o fim. Na verdade, é apenas o começo. A esperança de Ricardo era de que a teoria do valor-trabalho fornecesse uma base para compreender a formação dos preços. Foi precisamente essa esperança que a análise subsequente pôs abaixo tão impiedosamente e com tanta propriedade. Marx entendeu precocemente que essa era uma esperança impossível, ainda que deslizesse frequentemente (suspeito que por motivos táticos) entre os termos valor e preço em suas apresentações, como se representassem praticamente a mesma coisa. Em outras instâncias ele estudou as divergências sistemáticas entre ambos. No Livro I de *O capital*, Marx reconhece que coisas como consciência, honra e terra não cultivada podem ter preço, embora não tenham valor. No Livro III, ele explora como a equalização da taxa de lucro no mercado faria com que as mercadorias não fossem trocadas pelos seus valores, mas conforme os chamados “preços de produção”.

O interesse principal de Marx, porém, não era a formação de preços. Seus objetivos eram outros. Do capítulo 5 ao capítulo 23 do Livro I de *O capital*, ele descreve em detalhe as consequências para o trabalhador de se viver e trabalhar em um mundo regido pela lei do valor, conforme constituída por meio da generalização e da normalização da troca na esfera do mercado. Trata-se da famosa transição que Marx anuncia no fim do capítulo 4 ao nos convidar a deixar a esfera da circulação, “o Éden dos direitos inatos do homem [...], reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham”. E assim mergulhamos no “terreno oculto da produção”, onde veremos

“não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido” (MARX, 2013, p. 250). Somente aqui poderemos ver como o valor é formado.

As leis coercitivas da concorrência no mercado pressionam os capitalistas individuais a estenderem ao máximo a jornada de trabalho, a ponto de, na ausência de qualquer força limitadora (tal como legislação) para estabelecer um teto sobre a jornada de trabalho, ameaçar a vida e o bem-estar do trabalhador (capítulo 8). Nos capítulos subsequentes, essas mesmas leis coercitivas impelem o capital a buscar inovações tecnológicas e organizacionais; mobilizar e apropriar os poderes inerentes dos trabalhadores de cooperação e de divisão de trabalho, assim como de projetar maquinaria e sistemas e produção fabril; mobilizar os poderes da educação, do conhecimento, da ciência e da tecnologia – tudo na busca do mais-valor relativo. O efeito global desse processo (capítulo 23) é a diminuição do *status* do trabalhador, a produção de um exército industrial de reserva, a imposição de condições degradantes e desesperadoras de trabalho entre as classes trabalhadoras e a condenação de boa parte dos trabalhadores a viver sob condições extremamente miseráveis de reprodução social.

É isso que Diane Elson (1979) denomina “a teoria-do-valor do trabalho” em seu artigo seminal sobre o tema. Trata-se de uma teoria que se concentra nas consequências que o valor, operando como uma norma reguladora no mercado, produz para a experiência dos trabalhadores condenados pela sua situação a trabalhar para o capital. Esses capítulos também explicam por que Betell Ollman (1971) considera que a teoria do valor de Marx seja uma teoria da alienação do trabalho na produção, em vez de um fenômeno de mercado.

Mas a produtividade e a intensidade do trabalho sofrem constantemente oscilações em função das pressões da concorrência no mercado – conforme descrevem os capítulos posteriores de *O capital*. Isso significa que a formulação do valor no primeiro capítulo de *O capital* é revolucionada por aquilo

que vem em seguida. O valor passa a ser concebido como uma conectividade interna instável e em perpétua evolução (uma relação interna ou dialética) entre o valor conforme definido (e constantemente redefinido) na esfera da circulação no mercado e o valor conforme definido (e constantemente redefinido) em função das revoluções na esfera da produção. Nos *Grundrisse*, Marx (2011, p. 578-596) já havia inclusive especulado, em um famoso “fragmento sobre maquinaria”, que a incorporação de conhecimento humano no capital fixo dissolveria o estatuto do valor como um todo a não ser que houvesse outros motivos ou forças agindo no sentido de sua restauração.⁴ Ao se aproximar da tese sobre a queda tendencial da taxa de lucro no Livro III de *O capital*, Marx dá bastante peso ao impacto das transformações tecnológicas nos valores. A relação contraditória entre valor definido no mercado e valor reconstruído pelas transformações no processo de trabalho é central no pensamento de Marx.

A produtividade cambiante do trabalho é evidentemente uma característica-chave em todas as formas de análise econômica. No que diz respeito a Marx, entretanto, o que conta não é a produtividade do trabalho físico enfatizada na economia política clássica e neoclássica, mas a produtividade do trabalho com respeito à produção de mais-valor. Isso coloca no centro da teoria do valor de Marx a relação interna entre a busca por mais-valor relativo (por meio de inovações tecnológicas e organizacionais) e valores de mercado. Em suma: um primeiro corte na teoria do valor de Marx se concentra na unidade contraditória e constantemente cambiante entre o que tradicionalmente se refere como a teoria do valor-trabalho na esfera do mercado (conforme exposta nos seis primeiros capítulos de *O capital*) e a teoria-do-valor do trabalho na esfera da produção (conforme analisada dos capítulos 5 a 23 de *O capital*).

4 O assim chamado “fragmento sobre a maquinaria” tem sido amplamente debatido. Ver Carlo Vercellone (2007, p. 13-36).

Mas os materiais apresentados no capítulo 23 indicam que não é apenas a experiência no interior do processo de trabalho que está em jogo na teoria do valor. Marx descreve as condições da reprodução social de todos aqueles demovidos ao exército industrial de reserva pela operação da lei geral de acumulação de capital (assunto do capítulo 23). Ele cita relatórios oficiais referentes a saúde pública na Inglaterra rural (mais notavelmente, aqueles assinados por um certo Dr. Hunter) e outros relatos da vida cotidiana na Irlanda e na Bélgica, junto com a descrição de Engels (2008) registrada em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. O consenso de todos esses relatos era que as condições de reprodução social para esse segmento da classe trabalhadora eram piores do que qualquer coisa de que se tinha conhecimento durante o regime feudal. Condições pavorosas de nutrição, moradia, educação, superlotação, relações de gênero e remoções constantes foram exacerbadas por políticas punitivas de bem-estar público (mais notavelmente as *Poor Laws* na Inglaterra). Sublinha-se o fato alarmante de que a nutrição entre encarcerados era superior à dos miseráveis fora da prisão (infelizmente, isso também se observa hoje nos Estados Unidos). Isso abre caminho para uma importante extensão da teoria do valor de Marx. A intensificação da concorrência capitalista no mercado – incluindo a busca por mais-valor relativo por meio de transformações tecnológicas – produz condições deteriorantes de reprodução social para as classes trabalhadoras (os segmentos importantes dela), se não entrarem em jogo forças compensatórias ou políticas públicas para debelar tais efeitos.

Da mesma forma que a teoria do valor-trabalho é fundante para a abordagem de Marx do valor, surge também como um importante foco de estudo “uma teoria do valor da reprodução social”. É essa a perspectiva que Marx abre nas últimas seções do capítulo 23 do Livro I de *O capital*. E foi esse o foco das feministas marxistas que trabalharam assiduamente durante os

últimos quarenta anos para construir uma teoria adequada da reprodução social.⁵

No Livro I de *O capital*, Marx cita um relatório oficial sobre as condições de vida da maioria dos trabalhadores na Bélgica, onde “poucas famílias de trabalhadores podem obter a alimentação [...] mas mesmo do presidiário”. Tais famílias recorrem a expedientes cujo segredo apenas o trabalhador conhece: reduzindo sua ração diária, comendo pão de centeio em vez de pão de trigo, comendo pouca carne ou até mesmo nenhuma, fazendo o mesmo com a manteiga e os condimentos, amontoando a família em uma ou duas peças, onde moças e rapazes dormem juntos, frequentemente sobre o mesmo colchão de palha, economizando no vestuário, na roupa de baixo, nos meios de limpeza, renunciando aos lazeres dominicais, em suma, dispondo-se às mais dolorosas privações. Uma vez alcançado esse limite extremo, o aumento mais ínfimo nos preços dos meios de subsistência, um desemprego, uma doença multiplicam a miséria do trabalhador e o arruinam por completo. As dívidas se acumulam, o crédito é recusado, as roupas, os móveis mais necessários são recolhidos pela casa de penhores e, por fim, a família solicita sua inscrição na lista dos indigentes.⁶

Se esse for um resultado típico da operação da lei capitalista da acumulação de valor então há uma profunda contradição entre condições deteriorantes de reprodução social e a necessidade do capital de perpetuamente expandir o mercado. Como assinala Marx no Livro II de *O capital*, a verdadeira raiz das crises capitalistas repousa na supressão dos salários e na redução da massa da população à condição de indigentes. Se não há mercado, não pode haver valor. São múltiplas as contradições do ponto de vista da teoria da reprodução social que se colocam para os valores conforme realizados no mercado. Se, por

5 Ver o recente panorama e coletânea em Tithi Bhattacharya (2017).

6 Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p.745-6. (Marx cita aqui os estudos de Edouard Ducpétiaux sobre os trabalhadores da capital belga em *Budgets économiques des classes ouvrières en Belgique, de 1855*. – N. T.)

exemplo, não há trabalhadores saudáveis, educados, disciplinados e qualificados no exército industrial de reserva, então ele não pode mais desempenhar seu papel enquanto tal.

As relações dialéticas entre processos concorrenciais de mercado, produção de mais-valor e reprodução social emergem como elementos mutuamente constitutivos, mas profundamente contraditórios da formação de valor. Tal arcabouço teórico de análise oferece uma forma intrigante de preservar especificidades e diferenças no nível teórico da teoria do valor sem abandonar o conceito da totalidade que o capital perpetuamente reconstrói por meio de suas práticas.

É preciso considerar também outras modificações, extensões e elaborações da teoria do valor. A tensa e contraditória relação entre produção e realização repousa no fato de que o valor depende da existência, no interior de uma população de consumidores, de vontades, necessidades e desejos cacifados pela capacidade de pagar. Tais vontades, necessidades e desejos são profundamente embutidos no mundo da reprodução social. Sem eles, conforme assinala Marx no primeiro capítulo de *O capital*, não há valor. Isso introduz a ideia de “não valor” ou “antivalor” na discussão. Também significa que a redução dos salários a quase nada será contraproducente à realização de valor e mais-valor no mercado. Tanto a elevação dos salários como forma de garantir “consumo racional” do ponto de vista do capital quanto a colonização da vida cotidiana como arena para o consumismo são cruciais para a teoria do valor.

Ademais, outro conjunto de problemas a ser resolvido no interior do arcabouço teórico do valor se coloca quando o pressuposto de uma concorrência perfeita dá lugar ao monopólio em geral e à concorrência monopólica inerente na organização espacial da circulação do capital. Recentemente sugeri, na esteira de um conjunto relevante de formulações de Marx, que a ideia comumente aceita de que há uma única expressão do valor deveria dar lugar ao reconhecimento da existência de

uma variedade de regimes de valor regionais distintos no interior da economia global.⁷

A forma valor de Marx, concludo, não pode ser compreendida como um fulcro imóvel e estável no mundo turbulento do capital. Trata-se de uma métrica instável e em constante mutação, que é empurrada para lá e para cá pela anarquia das trocas mercantis, por transformações revolucionárias nas tecnologias e formas organizacionais, pelas diferentes práticas de reprodução social em curso e em função de grandes transformações nas vontades necessidades e desejos de populações inteiras, expressas pelas culturas da vida cotidiana. Isso está muito além do que Ricardo tinha em mente e é igualmente distante da concepção de valor que geralmente se atribui a Marx.

⁷ A respeito dessa questão, ver o capítulo “A produção de regimes de valor” em David Harvey (2018, p. 153-169)

Referências bibliográficas

BERTELL, Ollman. *Alienation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto, 2017.

ELSON, Diane. The Value Theory of Labour. In: ELSON, D. (org.), *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. Londres: CSE Books, 1979.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. Notes on Adolph Wagner. In: DRAGSTEDT, A. (org.) *Value: Studies by Marx*. Londres: New Park Publications, 1976.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism, *Historical Materialism*, n. 15, p. 13-36, 2007.